



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 04ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ

Autos nº 0028233-83.2024.8.16.0021

ROSIMAR VALLER, já qualificada nos autos em epígrafe, por intermédio de seus patronos, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, nos autos do processo em epígrafe, apresentar a presente manifestação, nos seguintes termos:

De início, ciente a Recuperanda das diversas questões jurídicas e processuais direcionadas ao Juízo no presente feito e conclusas para deliberação, pede venia a Devedora para requerer especial atenção a questão abaixo posta, em razão do grave risco a continuação do cumprimento das obrigações, conforme expõe.

Isso porque, desde que a Recuperanda tomou conhecimento do fim da colheita da safra de soja 2024/2025, aproximadamente em 13/02, vem requerendo o cumprimento do contrato de parceria agrícola junto ao Parceiro Marcio, que vem apresentando obstáculos sob o pretexto de que é necessária decisão judicial ou orientação da Administração Judicial sobre a forma de pagamento do contrato.

Todavia, a recuperação judicial da empresa Recuperanda não afasta sua capacidade administrativa nem desobriga terceiros do cumprimento das obrigações pactuadas. Nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, a recuperação judicial abrange apenas os créditos existentes na data do pedido, sem interferir na obrigação das partes de cumprir integralmente os contratos em vigor **ou alterando a destinação dos valores derivados da atividade operacional**.

O parceiro agrícola, ao tentar se eximir ou alterar sua obrigação contratual sob a alegação de que a Recuperanda encontra-se em recuperação judicial, **incorre em grave equívoco jurídico e material**. Não há qualquer decisão judicial que suspenda a exigibilidade do pagamento devido pela safra 2024/2025 ou altere a forma de pagamento, para além daquela estabelecida contratualmente, sendo seu inadimplemento injustificado e prejudicial à empresa em recuperação.

O inadimplemento do parceiro agrícola o coloca em mora, nos termos do artigo 394 do Código Civil, pois deixou de cumprir obrigação contratual no prazo e forma



TAG ADVOGADOS

ajustados, tendo sido concluída a colheita a mais de 30 (trinta) dias. O artigo 396 do mesmo diploma legal estabelece que a mora impõe ao devedor o dever de indenizar os prejuízos decorrentes do atraso, independentemente de notificação formal.

A mora do parceiro agrícola compromete diretamente a estabilidade da recuperação judicial, pois inviabiliza a destinação dos valores devidos ao pagamento de credores e fornecedores essenciais à manutenção das atividades da Recuperanda. O descumprimento do contrato gera um efeito cascata, colocando em risco a continuidade da empresa e frustrando os propósitos do plano de recuperação.

Diante da gravidade do inadimplemento e dos prejuízos causados à Recuperanda, requer-se a **IMEDIATA** manifestação deste Juízo para determinar que o parceiro agrícola cumpra integralmente sua obrigação contratual, efetuando o pagamento dos valores devidos, sob pena de aplicação de medidas coercitivas, incluindo multa e bloqueio de bens, para assegurar o adimplemento da dívida. A urgência da medida se impõe, sob risco de agravamento do estado financeiro da Recuperanda e comprometimento da sua recuperação.

Nestes termos, Pede deferimento.

Maringá-PR, data da inserção no sistema.

TADEU AUGUSTO GUIRRO

OAB-PR 64.421 | MT 30.803 | SP 513.907 | RJ 259.668 | MG 234.405 | PE 65.553

